

## Sumário

Introdução à tradução de língua portuguesa .....	7
Prefácio à 5ª edição .....	21
Prefácio à 1ª edição .....	25
Abreviaturas.....	45
<b>1ª Seção</b>	
<b>Fundamentos</b> .....	61
<b>§ 1. O Direito Penal em sentido formal. Definição e delimitação</b> .....	61
A. A sanção (pena e medida de segurança) como critério formal de definição do Direito Penal e o caráter binário do sistema de sanções .....	61
B. O Direito Penal como Direito público. Medidas disciplinares, multas e sanção processual como sanções de natureza não-penal .....	63
C. Direito penal secundário .....	64
D. O Direito Penal material como parte da ciência conjunta do Direito Penal; suas distintas disciplinas .....	64
E. A Parte Geral do Direito Penal material.....	69
<b>§ 2. O conceito material de crime. O Direito Penal como proteção subsidiária de bens jurídicos e a delimitação dos conteúdos da pena e de sanções similares</b> .	71
A. O conceito material de crime .....	84
B. O conceito material de pena.....	84
C. A controvérsia em torno do conceito de bem jurídico .....	88
D. A derivação do conceito de bem jurídico a partir das tarefas do Direito Penal	90
I. Leis penais arbitrárias, puramente ideológicas ou violadoras de direitos fundamentais não protegem bens jurídicos .....	94

II. A repetição das finalidades do legislador ainda não serve de base a um bem jurídico capaz de legitimar um tipo penal .....	94
III. A imoralidade, a desconformidade em relação aos costumes ou outra forma de reprovabilidade da conduta não bastam, em si mesmas, para fundamentar um bem jurídico .....	95
IV. A violação da própria dignidade ou da “dignidade da humanidade” ainda não é razão suficiente para uma punição .....	99
V. Sentimentos não podem ser reconhecidos como bens jurídicos .....	102
VI. Nem a autolesão autorresponsável, nem sua facilitação ou auxílio legitimam ameaças penais .....	105
VII. Normas penais predominantemente simbólicas devem ser rejeitadas.....	112
VIII. Tabus não são bens jurídicos .....	116
IX. Objetos de proteção de abstração intangível não são bens jurídicos.....	119
X. Fairness não é um bem jurídico; princípio da exploração? .....	121
XI. A facilitação da persecução penal não é razão para postular um bem jurídico .....	123
XII. A existência de “mandamentos de proteção” supranacionais não fundamenta bens jurídicos.....	125
XIII. Resumo .....	130
E. A ampliação do âmbito de regulação penal para além da proteção de bens jurídicos .....	130
F. Proteção de bens jurídicos e Direito das Contraordenações .....	133
G. A mutabilidade do conceito de bem jurídico .....	134
H. Bem jurídico e objeto da ação .....	135
I. Bem jurídico, delitos de perigo abstrato e bens jurídicos coletivos.....	136
J. Proteção de bens jurídicos e constituição.....	145
K. Proteção de bens jurídicos e democracia .....	151
L. Pode o legislador ser obrigado a punir violações a bens jurídicos?.....	154
M. Combate à impunidade como tarefa do Direito Penal?.....	155
N. A subsidiariedade da proteção de bens jurídicos .....	157
O. Concepções divergentes na literatura.....	163
I. Jescheck/Weigend, Zipf .....	163
II. Welzel.....	163
III. Lenckner e Eisele .....	164
IV. Jakobs, Pawlik e Kubiciel.....	164
V. Amelung.....	167

VI. Stratenwerth.....	168
VII. Robles .....	169
VIII. Naucke.....	170
IX. Resumo .....	171
P. O harm e o offense principle.....	173
Q. As teorias da violação de direitos; a teoria da relação de reconhecimento; princípio da dignidade e da soberania.....	176
R. Direito Penal e diversidade cultural; tolerância? .....	180
S. Direito Penal do inimigo?.....	183
T. A delimitação dos conteúdos da pena e das sanções similares à pena.....	186
I. Delimitação em relação à sanção de multa (Geldbuße) do Direito das Contraordenações .....	186
II. Delimitação em relação a medidas disciplinares .....	189
III. Delimitação em relação a medidas de ordenação e coerção (Ordnungs- und Zwangsmittel) das leis processuais e afins .....	191
IV. Delimitação em relação a penas privadas .....	192
<b>§ 3. Finalidade e justificação da pena e das medidas de segurança .....</b>	<b>195</b>
A. A finalidade da pena; as teorias da pena .....	206
I. A teoria da retribuição (teoria da justiça, da expiação) .....	207
II. A teoria da prevenção especial .....	213
III. A teoria da prevenção geral.....	217
IV. As teorias unificadoras retributivas.....	224
V. Novas abordagens: teorias expressivas da pena; direito da vítima à punição .	225
VI. A teoria unificadora preventiva .....	231
B. Finalidade e limitação das medidas de segurança; a relação entre pena e medidas de segurança .....	241
I. Sobre a discussão geral .....	241
II. Sobre a legitimação da custódia de segurança (Sicherungsverwahrung) ....	247
C. A reparação como terceira via do Direito Penal?.....	249
D. Jus puniendi de organizações supranacionais?.....	254
<b>§ 4. A reforma penal alemã desde 1871 .....</b>	<b>261</b>
A. O Código Penal do Império (RStGB) de 1871 .....	265
B. O desenvolvimento até a Primeira Guerra.....	265

C. Os trabalhos de reforma na República de Weimar.....	267
D. O período nacional-socialista .....	269
E. A retomada dos trabalhos de reforma .....	270
F. O E 1962 e a AE.....	271
G. Sobre a nova Parte Geral de 1975 .....	274
I. A abolição da pena de reclusão (Zuchthausstrafe) .....	274
II. O recuo da pena privativa de liberdade inferior a seis meses .....	275
III. O perdão judicial (Absehen von Strafe).....	276
IV. A ampliação da suspensão condicional da pena (Strafaussetzung zur Bewährung) .....	276
V. O novo sistema de penas de multa.....	277
VI. A supervisão de condução de vida (Führungsaufsicht).....	278
VII. A instituição social-terapêutica (sozialtherapeutische Anstalt) .....	278
H. A legislação de reforma, de 1969 até os dias atuais.....	279
I. A europeização do Direito Penal .....	283
J. Direito Penal intercultural .....	290
K. Direito Penal Internacional.....	291
<b>§ 5. O princípio da legalidade e sua relação com a interpretação e a validade temporal das leis penais .....</b>	<b>295</b>
A. Nullum crimen, nulla poena sine lege .....	302
I. Não há crime sem lei .....	302
II. Não há pena sem lei.....	303
B. Os quatro efeitos do princípio da legalidade .....	304
I. A proibição de analogia (nullum crimen, nulla poena sine lege stricta) .....	304
II. A proibição de criação de crimes e penas por direito consuetudinário (nullum crimen, nulla poena sine lege scripta) .....	305
III. A proibição de retroatividade (nullum crimen, nulla poena sine lege praevia) .....	305
IV. A proibição de indeterminação das leis penais e das penas (nullum crimen, nulla poena sine lege certa).....	305
C. Sobre a história e a validade internacional do princípio da legalidade .....	305
D. As raízes ainda hoje vitais do princípio da legalidade na Teoria do Estado e no Direito Penal .....	308
I. O liberalismo político .....	308
II. Democracia e separação de poderes .....	308

III. Prevenção geral .....	309
IV. O princípio da culpabilidade .....	310
E. Interpretação e proibição de analogia.....	310
I. Os limites da interpretação no Direito Penal.....	310
II. O âmbito de aplicação da proibição de analogia .....	326
F. A proibição de fundamentação ou exacerbação da pena pelo Direito consuetudinário.....	331
G. A proibição de retroatividade e a vigência temporal da lei penal.....	333
I. A fundamentação da proibição de retroatividade.....	333
II. A lei vigente ao tempo do fato .....	333
III. A proibição de retroatividade nos requisitos de punibilidade e sua não aplicabilidade a medidas de segurança.....	337
IV. Proibição de retroatividade e Direito Processual.....	339
V. Proibição de retroatividade e jurisprudência .....	342
VI. A retroatividade em favor do autor.....	344
VII. Leis temporárias .....	345
H. A proibição de indeterminação de leis penais e penas .....	346
I. A determinação dos pressupostos de punibilidade .....	346
II. O princípio da determinação no âmbito das consequências da infração penal .....	357
I. Os novos desafios .....	358
I. Os desafios internacionais .....	358
II. Os desafios processuais .....	363
<b>§ 6. Direito Penal do Fato e do Autor.....</b>	<b>367</b>
A. Esclarecimento terminológico. O Direito Penal do Fato enquanto tendência dominante no Direito vigente .....	368
B. Direito Penal do Fato e Direito Penal do Autor para Franz v. Liszt e seus sucessores.....	368
C. Das tendências ao Direito Penal do Autor na década de 1930. Culpabilidade pela condução da vida. Tipo criminológico e normativo de autor .....	370
I. Erik Wolf.....	370
II. A Lei de Criminosos Habituais de 1933.....	370
III. Legislação da guerra e tipo normativo de autor .....	371
D. Direito Penal do Autor e do Fato no Direito vigente .....	373
I. Influências do Direito Penal do Autor no aumento da pena.....	373
II. Influências do Direito Penal do Autor na atenuação da pena .....	377

III. Medidas de segurança como expressão de um Direito Penal do Autor ...	377
IV. O moderno Direito de Combate à Criminalidade enquanto Direito Penal do Autor .....	377
<b>§ 7. Dogmática e sistema do Direito Penal. Problemas fundamentais da teoria geral do crime .....</b>	<b>379</b>
A. A tarefa da dogmática e da sistemática do Direito Penal .....	387
B. Conceitos básicos do sistema do Direito Penal .....	388
I. Ação .....	388
II. Tipicidade .....	389
III. Antijuridicidade .....	389
IV. Culpabilidade .....	389
V. Outros pressupostos de punibilidade .....	390
VI. Sobre a sistematização da Ciência Conjunta do Direito Penal .....	390
C. Sobre a evolução histórica da nova teoria do crime .....	390
I. A descoberta dos conceitos fundamentais .....	390
II. A sua recepção pelo legislador .....	391
III. Etapas históricas da evolução da sistemática do crime .....	392
IV. Fundamentos histórico-filosóficos da evolução desde o sistema clássico até o finalista .....	394
V. A síntese neoclássica-finalista da teoria do crime hoje dominante .....	395
VI. O sistema teleológico-racional (funcional) do Direito Penal .....	396
VII. Novas concepções .....	400
D. Fecundidade e limites do sistema jurídico-penal tradicional; pensamento referido ao sistema e referido a problemas na dogmática do Direito Penal .....	406
I. Vantagens do pensamento referido ao sistema .....	407
II. Perigos do pensamento referido ao sistema .....	409
III. Pensamento referido ao problema .....	413
E. Fundamentos de um modelo teleológico/político-criminal de sistema .....	414
I. Sobre a concepção de um sistema orientado a valores .....	414
II. Dogmática jurídico-penal e política criminal .....	420
III. As categorias do delito enquanto perspectivas de valoração .....	423
IV. O futuro da dogmática penal .....	424
V. A teoria do crime teleológica/político-criminal e o método de construção do sistema e de conceitos .....	434

<b>2. Seção</b>	
<b>Ação, delito em sentido técnico, crime em sentido técnico</b> .....	437
<b>§ 8. Ação</b> .....	437
A. As tarefas do conceito de ação .....	440
B. O conceito de ação na evolução da dogmática jurídico-penal. Exposição e crítica .....	441
I. O conceito pré-clássico de ação .....	441
II. O conceito natural (naturalístico, causal) de ação do sistema clássico .....	442
III. O conceito final de ação .....	445
IV. O conceito social de ação .....	449
V. O conceito negativo de ação .....	451
VI. A absorção da ação pelo tipo .....	455
C. O conceito pessoal de ação .....	456
I. A questão preliminar: por que ações? .....	456
II. A ação como manifestação da personalidade .....	458
III. Concepções próximas .....	459
IV. O conceito pessoal de ação como elemento de base .....	462
V. O conceito pessoal de ação como elemento de conexão .....	463
VI. O conceito pessoal de ação como elemento de delimitação .....	465
VII. A natureza do conceito pessoal de ação .....	480
<b>§ 9. Delito em sentido técnico e crime em sentido técnico</b> .....	483
A. Sobre a história da distinção .....	483
B. Regulação e significado prático no Direito vigente .....	484
C. A realização da teoria “abstrata” no direito vigente e sua fundamentação no princípio nullum-crimen .....	485
D. Questões de delimitação .....	487
<b>3ª Seção</b>	
<b>Tipo</b> .....	489
<b>§ 10. A teoria do tipo</b> .....	489
A. Tipo de sistema, tipo de garantia e tipo de erro .....	491
B. O desenvolvimento do tipo como categoria sistemática .....	493
I. O tipo objetivo e valorativamente neutro de Beling .....	493

II. O descobrimento do tipo subjetivo .....	493
III. A compreensão do tipo de sistema como um tipo de injusto .....	494
C. A relação entre tipo e antijuridicidade .....	496
I. A teoria dos elementos negativos do tipo.....	496
II. Estrutura do delito em dois ou três níveis? .....	497
III. Concepções singulares .....	501
IV. Indicações de antijuridicidade em normas penais; elementos do tipo formulados negativamente .....	502
D. Adequação social e exclusão do tipo .....	504
E. Tipos abertos e elementos de valoração global do fato .....	509
I. Tipos abertos.....	509
II. Elementos de valoração global do fato.....	510
F. Tipo objetivo e tipo subjetivo .....	513
I. O tipo objetivo.....	514
II. O tipo subjetivo .....	517
G. Desvalor da ação e desvalor do resultado no tipo. Também: realização do tipo e do injusto sem culpabilidade .....	529
H. Espécies de tipos.....	540
I. Delitos de resultado e delitos de atividade .....	542
II. Delitos permanentes e delitos de estado .....	543
III. Delitos qualificados pelo resultado.....	543
IV. Delitos de lesão e delitos de perigo .....	552
V. Delitos de empreendimento (Unternehmensdelikte) .....	552
VI. Delitos simples e delitos compostos .....	553
VII. Delitos de ato único e delitos com pluralidade de atos .....	553
VIII. Delitos comuns e delitos especiais.....	553
IX. Delito-base, modificações típicas, delitos autônomos .....	554
<b>§ 11. A imputação ao tipo objetivo .....</b>	<b>557</b>
A. A teoria do nexa causal.....	568
I. Sobre a problemática do conceito de causa nas ciências da natureza e na filosofia .....	568
II. A teoria da equivalência (teoria da condição) .....	569
III. Problemas específicos da teoria da equivalência .....	581
IV. Modelos de causalidade estatística e probabilística.....	591
V. Teorias da adequação e da relevância.....	592



B. A ulterior imputação ao tipo objetivo .....	594
I. Crimes de lesão .....	594
II. Delitos de perigo .....	650
<b>§ 12. Dolo e erro de tipo. A imputação ao dolo nos desvios causais.....</b>	<b>661</b>
A. Fundamentos e manifestações do dolo .....	666
I. O propósito.....	668
II. O dolo direto de segundo grau (dolus directus) .....	673
III. O dolo eventual (dolus eventualis).....	674
IV. A dimensão temporal do dolo (dolus antecedens e dolus subsequens) .....	719
V. A referência do dolo ao tipo e o dolus alternativus .....	720
B. O erro de tipo.....	722
I. Conhecimento e desconhecimento dos elementos do tipo .....	725
II. O objeto do dolo de tipo. Aplicação imediata e analógica do § 16 StGB ..	749
C. A imputação ao dolo nos desvios causais.....	756
I. Desvios regulares do curso causal .....	758
II. A aberratio ictus .....	763
III. A “troca do dolo” (troca do objeto do fato) .....	768
IV. O “dolus generalis” e casos similares.....	770
V. O error in obiecto (ou error in persona).....	777
<b>§ 13. O consentimento.....</b>	<b>783</b>
A. Sobre o estado da teoria do consentimento.....	788
I. Sobre a história.....	788
II. Acordo e consentimento .....	788
III. As diferenças derivadas da distinção .....	789
IV. A rejeição da distinção e suas consequências.....	791
B. O consentimento como causa de exclusão do tipo .....	793
I. A liberdade de ação do consenciente como fundamento da exclusão do tipo	793
II. A falta de realização do tipo em caso de consentimento válido .....	796
III. A falta de ponderação de interesses como argumento contrário a uma	797
mera justificação .....	797
IV. A falta de exequibilidade da teoria dualista .....	798
V. A cláusula dos bons costumes (§ 228 StGB) não é um contra-argumento ..	800
VI. A força justificante do “consentimento que atenua a intervenção” não é um	800
contra-argumento.....	800
VII. Os diferentes pressupostos de validade da autorização como consequên-	801
cias da respectiva estrutura dos tipos.....	801

C. Tipos com possibilidade inexistente ou limitada de consentimento .....	802
I. Em bens jurídicos da coletividade .....	802
II. Em tipos destinados a proteger o titular do bem jurídico .....	804
III. Na lesão corporal .....	804
D. Manifestação, objeto, momento e revogação do consentimento .....	821
I. A manifestação como pressuposto do consentimento válido .....	821
II. Conduta e resultado como objeto do consentimento .....	823
III. Momento e revogação do consentimento .....	824
E. A capacidade de compreensão .....	824
F. A representação no consentimento .....	830
I. Considerações gerais .....	830
II. Sobre a controvérsia a respeito da circuncisão de meninos .....	832
G. Vícios de vontade no consentimento .....	838
I. Fraude.....	838
II. Erro.....	845
III. Ameaça e coação.....	846
H. O erro sobre a existência ou a inexistência de um consentimento .....	848
I. O consentimento hipotético.....	848
<b>4ª Seção</b>	
<b>Antijuridicidade.....</b>	<b>857</b>
<b>§ 14. Questões fundamentais da teoria do injusto.....</b>	<b>857</b>
A. Antijuridicidade e injusto .....	862
B. Antijuridicidade formal e material .....	864
C. Vitimodogmática e injusto material.....	867
D. Injusto e espaço livre de Direito .....	871
E. Antijuridicidade e unidade do ordenamento jurídico.....	873
F. Sobre a sistematização das causas de justificação .....	876
G. O concurso de causas de justificação.....	880
H. Questões de erro na justificação.....	882
I. O dolo de injusto.....	882
II. Dever de certificar-se nas causas de justificação? .....	895
III. Elementos de justificação que se apoiam em circunstâncias incertas ou futuras .....	897

IV. A incerteza sobre a existência de uma causa de justificação.....	898
V. Os elementos subjetivos de justificação .....	900
I. O efeito das causas de justificação .....	906
J. Imputação objetiva nas causas de justificação? .....	908
K. Exposição e ordenação das causas de justificação em específico.....	909
<b>§ 15. A legítima defesa.....</b>	<b>911</b>
A. Os princípios fundamentais do direito de legítima defesa .....	917
B. Sobre o desenvolvimento histórico do direito de legítima defesa .....	923
C. A agressão na legítima defesa .....	924
D. A antijuridicidade ou injustiça da agressão.....	928
E. A atualidade da agressão .....	933
F. Os bens passíveis de legítima defesa.....	937
G. A necessidade da defesa .....	943
H. A requeribilidade (Gebotenheit) da legítima defesa.....	953
I. A agressão não culpável ou com culpabilidade substancialmente diminuída	956
II. A agressão provocada antijuridicamente pelo agredido .....	958
III. A agressão irrelevante.....	968
IV. Agressões no âmbito de relações de garantia .....	974
V. A agressão extorsiva ou chantagista por meio de ameaças .....	977
VI. Pode a tortura ou a sua ameaça ser justificada pela via da legítima de- fesa de terceiros? .....	979
I. Ação da autoridade pública e direito de legítima defesa .....	984
J. A legítima defesa de terceiros .....	989
K. A limitação da legítima defesa ao agressor e seus bens jurídicos .....	993
L. A vontade de defesa como elemento subjetivo de justificação? .....	996
<b>§ 16. O estado de necessidade justificante e casos afins .....</b>	<b>997</b>
A. O dispositivo fundamental do § 34 StGB.....	1002
I. O desenvolvimento do direito de estado de necessidade vigente .....	1002
II. O perigo do estado de necessidade .....	1008
III. A ponderação dos interesses conflitantes .....	1014
IV. A cláusula de adequação.....	1044
V. Outros problemas do estado de necessidade justificante .....	1049

B. O estado de necessidade agressivo de natureza civil, § 904 BGB.....	1052
C. O estado de necessidade defensivo de natureza civil, § 228 BGB .....	1054
D. A colisão de deveres justificante .....	1055
I. A colisão de deveres como causa de justificação .....	1055
II. Problemas de colisão na programação dos denominados veículos autônomos	1061
E. Situação próxima ao estado de necessidade .....	1067
F. O direito de resistência segundo o art. 20 IV GG.....	1069
<b>§ 17. Direitos oficiais e de coerção; autorização pelo Poder Público .....</b>	<b>1071</b>
A. Direito de intervenção de funcionários públicos .....	1071
B. A ordem ilegal vinculante .....	1078
C. A atuação pro magistratu .....	1082
I. A detenção em flagrante .....	1083
II. A autotutela do Direito Civil .....	1086
D. O direito de correção por meio de castigos corporais não existe mais enquanto causa de justificação.....	1087
I. O direito de castigar corporalmente .....	1088
II. O direito dos professores de colégio de impor castigos corporais .....	1095
III. O castigo corporal imposto por terceiros .....	1096
E. A autorização pelo órgão competente .....	1096
<b>§ 18. Causas de justificação fundadas no risco permitido.....</b>	<b>1105</b>
A. O consentimento presumido.....	1106
I. A estrutura da causa de justificação .....	1108
II. A subsidiariedade do consentimento presumido .....	1111
III. Consentimento presumido em caso de atuação em interesse próprio?.....	1113
IV. Os critérios para a determinação da vontade presumida.....	1114
V. Erro e dever de certificação .....	1121
B. O exercício de interesses legítimos .....	1121
I. Sobre a estrutura do § 193 StGB.....	1122
II. O exercício de interesses legítimos como causa de justificação .....	1124
III. O § 193 StGB não se estende para além dos tipos penais de ofensa à honra	1125
IV. Os requisitos específicos do exercício de interesses legítimos .....	1126

C. A liberdade artística .....	1129
I. A liberdade artística como causa de justificação autônoma .....	1129
II. Os requisitos da causa de justificação fundada no art. 5 III GG .....	1130
<b>5ª Seção</b>	
<b>Culpabilidade e responsabilidade</b> .....	1133
<b>§ 19. Questões fundamentais da teoria da responsabilidade</b> .....	1133
A. Culpabilidade e necessidade preventiva como pressupostos da responsabilidade jurídico-penal .....	1141
B. Do conceito psicológico ao conceito normativo de culpabilidade .....	1144
C. Sobre a crítica ao conceito normativo de culpabilidade.....	1147
D. A determinação do conteúdo da culpabilidade no Direito Penal (o conceito material de culpabilidade).....	1148
I. Culpabilidade como “poder-agir-diversamente” .....	1148
II. Culpabilidade como atitude interna juridicamente reprovada .....	1150
III. Culpabilidade como dever ser responsável pelo próprio caráter .....	1151
IV. Culpabilidade como atribuição segundo necessidades preventivo-gerais ..	1154
V. Fundamentações da culpabilidade oriundas da teoria do discurso .....	1157
VI. Culpabilidade como comportamento violador da fairness ou da equidade ..	1158
VII. Culpabilidade como falta de prudência ou como evitabilidade planejável da própria punição .....	1159
VIII. Culpabilidade como agir ilícito apesar da capacidade de ser destinatário de normas .....	1160
IX. Os opositores do princípio da culpabilidade .....	1168
E. Culpabilidade e Constituição .....	1179
F. Culpabilidade fundamentadora da pena e culpabilidade da determinação da pena. ..	1183
G. Causas de exclusão da culpabilidade e causas de exculpação? .....	1185
H. A teoria da responsabilidade pelo fato (Maurach) .....	1185
I. Culpabilidade pelo fato e culpabilidade pela condução da vida.....	1186
J. Culpabilidade em um mundo injusto? .....	1187
<b>§ 20. A imputabilidade</b> .....	1193
A. A imputabilidade de adultos .....	1199
I. Os fundamentos da regra legal .....	1199
II. Os estados biopsicológicos de referência .....	1202

III. A capacidade de entendimento e inibição.....	1214
IV. A imputabilidade relevantemente diminuída .....	1217
B. A imputabilidade em crianças e jovens .....	1228
C. A actio libera in causa .....	1230
<b>§ 21. O erro de proibição .....</b>	<b>1243</b>
A. O regramento do erro de proibição. Desenvolvimento histórico-dogmático e problemática jurídico-política. ....	1246
B. O objeto da consciência do injusto .....	1251
C. As formas de manifestação da consciência do injusto .....	1256
I. O erro sobre a existência de uma proibição .....	1256
II. O erro sobre a existência ou sobre os limites de uma causa de justificação .....	1257
III. O erro de subsunção.....	1257
IV. O erro sobre a validade.....	1258
D. As formas de consciência do erro de proibição .....	1259
E. A dúvida sobre a proibição.....	1260
F. A evitabilidade do erro de proibição.....	1264
I. A evitabilidade do erro de proibição como pressuposto da ação culpável... ..	1264
II. A possibilidade de exculpação do erro como caso de exclusão da responsabilidade penal .....	1266
III. Os meios de obtenção do conhecimento do injusto .....	1269
IV. A evitabilidade do erro de proibição como culpabilidade pelo fato ou de autor?.....	1269
V. Os pressupostos da evitabilidade, em detalhe.....	1271
G. As consequências jurídicas do erro de proibição .....	1285
H. Regramentos específicos do erro de proibição .....	1286
<b>§ 22. O estado de necessidade excludente da responsabilidade e casos similares .</b>	<b>1289</b>
A. O estado de necessidade segundo o § 35 StGB.....	1289
I. Posição sistemática e conteúdo teleológico do dispositivo legal.....	1291
II. O perigo atual, não afastável de outra maneira.....	1298
III. Os bens jurídicos passíveis de estado de necessidade .....	1301
IV. O círculo de pessoas abrangidas .....	1304
V. A atuação para afastar o perigo .....	1305
VI. A negação da exclusão de responsabilidade nos termos do § 35 I 2 StGB .....	1306

VII A suposição errônea de uma situação de necessidade.....	1315
VIII. Participação no fato praticado em estado de necessidade.....	1317
B. O excesso na legítima defesa segundo o § 33 StGB.....	1318
I. Posição sistemática e conteúdo teleológico do dispositivo legal.....	1319
II. As emoções que excluem a responsabilidade.....	1322
III. Excesso consciente e inconsciente da legítima defesa.....	1324
IV. Excesso na legítima defesa intensivo e extensivo.....	1324
V. A lesão a terceiros não envolvidos.....	1327
VI. O excesso na legítima defesa após uma provocação de situação de legítima defesa.....	1328
VII. O excesso na legítima defesa putativa.....	1329
VIII. Aplicabilidade analógica do § 33 StGB ao excesso referido a outras causas de justificação?.....	1330
C. O fato de consciência.....	1331
I. Art. 4 GG como base para a avaliação jurídico-penal.....	1332
II. As consequências para a punibilidade do fato de consciência.....	1335
III. A classificação sistemática do fato de consciência que isenta de pena.....	1339
D. A desobediência civil.....	1343
E. Razões para a exclusão de responsabilidade na Parte Especial.....	1345
I. As hipóteses individuais.....	1345
II. O tratamento dogmático desses casos.....	1347
F. Exclusão supralegal de responsabilidade.....	1348
I. A inexigibilidade como causa de exculpação supralegal?.....	1349
II. A comunidade de perigo como causa para a exclusão da responsabilidade.....	1351
III. A escolha do mal menor como causa de exclusão da responsabilidade em casos de homicídio?.....	1354
IV. Pode a tortura, se servir para salvar vidas humanas, ser isenta de punição com base em uma causa supralegal de exclusão de responsabilidade?.....	1356
V. Pode o abate de uma aeronave sequestrada por terroristas, com o objetivo de salvar vidas humanas, ser isento de punição por uma exclusão de responsabilidade supralegal?.....	1358
<b>6ª Seção</b>	
<b>Outros pressupostos de punibilidade.....</b>	<b>1365</b>
<b>§ 23. Condições objetivas de punibilidade e causas de exclusão da pena.....</b>	<b>1365</b>
A. Pressupostos de punibilidade ulteriores à responsabilidade. Colocação do problema e exemplos.....	1366

B. O excessivo alargamento da quarta categoria do crime na doutrina dominante	1368
I. Aparentes condições de punibilidade como elementos do tipo.....	1368
II. Aparentes causas de exclusão da pena como causas de justificação .....	1371
III. Aparentes causas de exclusão da pena como causas de exclusão da responsabilidade.....	1372
C. Condições objetivas de punibilidade e causas de exclusão da pena como casos de prevalência de fins extrapenais .....	1373
I. O ponto de vista orientador .....	1373
II. Posicionamentos na literatura .....	1375
III. Consequências práticas.....	1376
D. Outras concepções .....	1376
I. A rejeição da existência de uma quarta categoria do delito .....	1376
II. O merecimento de pena como critério da quarta categoria do delito .....	1377
III. A necessidade de pena como critério da quarta categoria do delito .....	1378
E. A delimitação das condições objetivas da punibilidade e das causas de exclusão da pena em relação aos pressupostos processuais .....	1379
I. A controvérsia e a dificuldade da delimitação .....	1379
II. A orientação do Direito material segundo o “merecimento do mal da pena”	1381
III. A eliminação mental do processo como critério para a delimitação entre Direito material e formal .....	1382
IV. A conexão direta com o fato como critério de pertencimento ao Direito material .....	1383
F. Panorama. Fins penais e extrapenais no Direito Processual.....	1384
<b>7ª Seção</b>	
<b>Culpa</b> .....	1387
<b>§ 24. Culpa</b> .....	1387
A. O tipo .....	1393
I. De forma de culpabilidade a tipo de delito típico .....	1393
II. Os critérios da conduta culposa .....	1394
III. Sobre a concretização da criação de um risco não permitido .....	1397
IV. Acerca da concretização do âmbito de proteção da norma.....	1408
V. “Ensejo contundente” para contar com uma lesão a bem jurídico em vez de criação de um risco juridicamente desaprovado?.....	1409
VI. Generalização ou individualização do critério de culpa? .....	1411
VII. Culpa consciente e inconsciente.....	1416



VIII. Tipo objetivo e subjetivo do delito culposo .....	1418
IX. Dolo, culpa grosseira ou leviandade, culpa simples e culpa diminuta como gradações de injusto e culpabilidade.....	1419
X. Delitos culposos e nullum crimen sine lege.....	1425
B. A antijuridicidade .....	1426
I. A problemática fundamental .....	1426
II. A legítima defesa.....	1427
III. O estado de necessidade .....	1428
IV. Consentimento presumido e consentimento .....	1429
C. Culpabilidade e responsabilização.....	1430
I. As razões gerais de exclusão da culpabilidade .....	1430
II. Razões adicionais de exclusão da culpabilidade .....	1431
Índice alfabético-remissivo .....	1437